



Senadores devem votar projetos para desburocratização do país

Moreira Mariz/Agência Senado — 21/2/2018



Eunício e Jorge Viana em Plenário no dia 21, quando teve início a análise das propostas da Comissão de Desburocratização

Propostas voltadas a facilitar serviços aos cidadãos, ao setor de segurança pública e sobre acordos internacionais estão na pauta do Plenário desta semana

O Senado pode votar nesta semana três projetos com objetivo de diminuir a burocracia no país e dois voltados à segurança pública.

A pauta tem três propostas elaboradas pela Comissão Mista de Desburocratização. Uma delas autoriza a ampliação dos horários de funcionamento dos cartórios, outra obriga os serviços notariais e de registro a intermediar pedidos dos usuários relativos a atos de outras localidades e a terceira permite a venda, a alienação ou o uso de veículo como garantia, mesmo

que haja débitos tributários ou administrativos.

Sobre segurança pública, estão na pauta o projeto que veda o contingenciamento dos créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e o que confere à Polícia Federal a tarefa de investigar crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando for comprovado o envolvimento de agente de segurança pública estadual.

Também podem ser votados três projetos sobre acordos internacionais. **3**

especial
cidadania

País terá documento único de identidade ainda neste ano

Os brasileiros terão em breve um único documento com as informações de título de eleitor, CPF, carteira de identidade e biometria. O Documento Nacio-

nal de Identificação deve começar a ser expedido em julho, estima o governo. A mudança busca reduzir a burocracia na identificação dos cidadãos. **4**



Unificação de documentos busca simplificar a vida dos cidadãos

Roque de Sá/Agência Senado



Paim (C) comandou o debate sobre segurança pública: o Brasil se tornou uma das nações mais violentas do mundo

Gerardo Magela/Agência Senado

Intervenção no Rio é alvo de crítica em audiência

No Brasil foram assassinadas em 2016 mais de 61 mil pessoas, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. O número é superior à soma do que se verifica nos Estados Unidos, no Canadá, na China, na Austrália e em países da Europa, do norte da África e do extremo Oriente. Nesses locais, o total de pessoas mortas no mesmo ano aproximou-se de 60 mil.

A informação foi apresentada em audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos sobre a crise na segurança pública.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Everaldo Patriota, criticou a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, que, segundo ele, intensifica a lógica herdada do modelo histórico escravagista que

vigourou por séculos no país.

O advogado Renan Bortoletto, da ONG Liberum Direitos Humanos, disse que a intervenção representa o aprofundamento do estado de exceção no Brasil.

Os participantes da audiência também condenaram a possibilidade do uso de mandados de busca e apreensão coletivos nas favelas do estado do Rio. **2**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.

CONGRESSO NACIONAL

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Paim (C): média anual de assassinados no Brasil é de 28,9 para cada 100 mil pessoas, uma das maiores do mundo

Participantes de audiência criticam intervenção no RJ

Debate na Comissão de Direitos Humanos avaliou a crise na segurança pública. Média de assassinatos no Brasil é bem superior ao de países pobres ou em desenvolvimento da África e da América Latina

NO BRASIL FORAM assassinadas mais de 61 mil pessoas em 2016, número superior ao dos Estados Unidos, Canadá, China, Austrália e de países da Europa, do norte da África e do extremo Oriente somados. Nesses locais, segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), o total de pessoas mortas no mesmo ano aproximou-se de 60 mil. A informação foi apresentada em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a crise na segurança pública.

Citando dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, Paim afirmou que a média de assassinados no país é de 28,9 para cada 100 mil habitantes, “índice bem superior ao de nações pobres ou em desenvolvimento da África e da América Latina”, lamentou o senador, que é vice-presidente da comissão.

— Temos que ser realistas: infelizmente somos hoje uma das nações mais violentas do mundo. Nossos índices são piores mesmo que de outros países com sérios problemas, como o México (média de 20,7 assassinatos por 100 mil habitantes), África do Sul (média de 18 assassinatos por 100 mil habitantes), Nigéria (média de 17,8 assassinatos por 100 mil habitantes) — alertou.

Para o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Everaldo Patriota, o problema vivido hoje no Brasil em termos de segurança pública é consequência histórica de um “aparato jurídico-policial” moldado

para a defesa do patrimônio, e não da vida. Ele lembrou que a maior parte dos mais de 60 mil assassinados por ano no Brasil têm “cor e classe social muito bem conhecidos”, compostos majoritariamente por negros — jovens ou em idade adulta — provenientes das classes D e E.

Críticas

Patriota aproveitou para criticar a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, que, a seu ver, intensifica a lógica herdada do modelo histórico escravagista que vigorou por séculos no país “e que ainda não foi superado”. Essa lógica, para ele, se revela mais uma vez no fichamento dos moradores das favelas, uma prática que “instituiu definitivamente o estado de exceção no país”.

O representante da OAB lembrou que em ocupações de favelas realizadas recentemente pelas Forças Armadas, antes da atual intervenção, houve oito mortes. Outras 11 pessoas foram baleadas, mas não morreram. Casos que, segundo ele, “não vêm sendo devidamente investigados”.

— Nas áreas de exclusão, pode-se fazer coisas deste tipo. Será que haverá tanques, paraquedistas e armas apontadas para quem mora no Leblon, Ipanema e Copacabana? Enquanto o asfalto se refestela em drogas, o morro pega fogo. Que Estado, que República é essa que determina quem pode ou não morrer, ou ser tratado com dignidade?

Patriota acrescentou que essa lógica também está presente na atuação das forças policiais, que, em muitas incursões em favelas, “torna o número de mortos uma questão de estatística”. A intervenção no Rio também foi criticada pelo advogado Renan Bortoletto, da ONG Libero Direitos Humanos. Para ele, a medida representa “o aprofundamento do estado de exceção no Brasil”.

O advogado Gabriel Sampaio lembrou que o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, classificou a ocupação da favela da Maré (que durou de abril de 2014 a junho de 2015) de “algo totalmente inócuo”.

— Aqui mesmo neste Senado ele disse que, uma semana após a saída das tropas militares, o crime organizado reocupou o morro. A atuação de jovens soldados apontando fuzis para crianças em favelas é fruto de uma sociedade profundamente doente, segundo o general — disse Sampaio.

Ele ainda acrescentou que a ocupação custou R\$ 650 milhões aos cofres públicos em pouco mais de um ano, recursos que, a seu ver, seriam mais bem utilizados se fossem canalizados para educação, saúde ou atividades culturais e esportivas dos moradores da Maré.

A possibilidade do uso de mandados de busca e apreensão coletivos nas favelas também foi criticada pelos participantes.

Para Roberto Requião, Brasil vive um retrocesso há três anos

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que o Brasil vem vivendo um grande retrocesso nos últimos três anos.



excluíram 90% da população. Ele sublinhou que, enquanto o Brasil respondia à recessão com corte de gastos, os Estados Unidos

Segundo o senador, a legislação recuou ao século 19 e as obrigações do Estado

decidiram ampliar o déficit público para estimular a economia.

Gurgacz elogia autorização para curso de medicina em Ji-Paraná

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou o parecer do Ministério da Educação favorável à criação de curso superior de medicina em Ji-Paraná (RO). Na avaliação do senador, o curso pode beneficiar muitos estudantes



do interior do estado que, por falta de opção, acabam estudando na Bolívia.

O objetivo agora, disse, é trabalhar para que o curso seja ofertado pela Universidade Federal de Rondônia.

Ataídes pede CPI para investigar juros do cartão de crédito

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou que já colheu 30 assinaturas para instalar uma CPI no Senado para investigar os juros abusivos nos cartões de crédito. Ele lembrou que, apesar da queda da taxa Selic para 6,75%, na



semana passada eram cobrados 334,6% de juros anuais no rotativo.

— A Argentina cobra 47% ao ano; Peru, 44%; Venezuela, 29%; México, 25,4%; Estados Unidos, 24,99%; Chile, 21,59%; Portugal, 16, % ao ano — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Verba para transportes

9h Entre 10 itens, o PLS 11/2013, que destina recursos para a infraestrutura de transportes coletivos.

CDH Imigrantes venezuelanos

9h30 Audiência interativa sobre os imigrantes venezuelanos em Roraima.

CAE Tribunal Eleitoral de São Paulo

10h O PLC 93/2017, que cria cargos efetivos no TRE-SP, é um dos 18 itens.

CRA Flores ornamentais

11h O PLC 145/2011, que diminui custos e burocracia para produtores de flores ornamentais, está na pauta de 6 itens.

CE Juscelino Kubitschek

11h30 Entre 17 itens, o PLC 122/2017, que inscreve JK no Livro dos Heróis da Pátria.

CMA Mineração irregular

11h30 O PLS 63/2017, sobre a pena para extração mineral ilegal, é um dos 15 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLS 15/2018, sobre cartórios.

CCT Radiodifusão

14h30 Entre 13 itens, 8 sobre radiodifusão.

CPI DOS MAUS-TRATOS Oitivas

14h30 Depoimentos.

MP 806/2017 IR sobre fundos fechados

14h30 Requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores podem votar também propostas sobre fim do contingenciamento do fundo penitenciário e sobre investigação de crimes de paramilitar e milícia pela Polícia Federal

Pauta tem três projetos para desburocratização

O PLENÁRIO DO Senado pode votar nesta semana projetos com objetivo de diminuir a burocracia no país e facilitar a vida dos cidadãos. A pauta tem três propostas que foram elaboradas pela Comissão Mista de Desburocratização e apresentadas como sugestão no encerramento dos trabalhos legislativos de 2017.

Um dos projetos autoriza a ampliação dos horários de funcionamento dos cartórios (PLS 15/2018). De acordo com Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994), os horários e dias de funcionamento de cartórios obedecem a determinação do juizado competente da localidade, respeitado o mínimo de seis horas diárias de atendimento. Nos fins de semana e feriados, o atendimento funciona com o esquema de plantão. O projeto autoriza o funcionamento dos cartórios em horários e dias extras ao previamente determinado, a critério dos tabeliães, desde que haja autorização do juiz.

Outro projeto da desburocratização que poderá ser votado (PLS 17/2018) muda a Lei dos Cartórios, para obrigar os serviços notariais e de registro a intermediar pedidos dos usuários relativos a atos de outras localidades. Atualmente, os cartórios só podem realizar atos dentro do município de sua delegação. Pelo projeto, terão a obrigação de intermediar os serviços e entrega de documentos de cartórios de outras regiões.



Marcos Oliveira/Agência Senado - 27/02/2018

A pauta do Plenário tem projetos que tratam de desburocratização, segurança pública e acordos internacionais

O Plenário também poderá votar o projeto que permite a venda, a alienação ou o uso de veículo como garantia, mesmo que haja débitos tributários ou administrativos, como IPVA e multas, por exemplo (PLS 16/2018). Atualmente, para transferir a propriedade ou usar o veículo como garantia em um financiamento, os órgãos públicos exigem a quitação desses débitos.

O texto também acaba com a obrigatoriedade de vistorias e de apresentação de certidão negativa de dívidas tributárias quando alguém for negociar o bem. A ideia é separar as obrigações administrativas e tributárias da esfera relativa à legislação civil, ou seja, o negócio que envolve o veículo

como um bem. Pelo o texto, o carro só fica indisponível no caso de restrições relativas à legislação civil, como é o caso de uma empresa sob intervenção, por exemplo. A nova regra, no entanto, não impedirá o Estado de cobrar as dívidas.

Segurança pública

O tema da segurança pública continua como uma das prioridades. Consta da pauta o projeto de Ana Amélia (PP-RS) que determina que os créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) não poderão mais ser contingenciados, independentemente da situação fiscal do governo naquele momento (PLS 25/2014).

Criado em 1994, o Funpen destina recursos para a gestão do sistema carcerário e financia atividades como reformas, ampliação de estabelecimentos e aperfeiçoamento do serviço prisional.

Um outro projeto que pode ser votado é o do ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que confere à Polícia Federal a tarefa de investigar crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas (PLS 548/2011). Isso se dará quando for comprovado o envolvimento de agente pertencente a um órgão de segurança pública estadual.

A pauta do Plenário ainda traz três projetos que tratam de acordos internacionais.

O primeiro é o acordo de cooperação técnica entre o governo brasileiro e o governo da República do Djibuti (PDS 240/2017). Assinado em 2012 na capital do país africano, a parceria prevê a participação de ambos países em projetos e programas de interesse comum, podendo ocorrer a participação de organizações civis ou de outros países. A vigência do acordo é de cinco anos e será automaticamente prorrogada por períodos iguais e sucessivos, se não houver desacordo entre os países.

O segundo projeto trata do acordo entre o Brasil e a União das Comores, república que compreende três ilhas no litoral africano. O acordo objetiva “aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e desenvolvimento socioeconômico dos dois países, por meio da colaboração entre seus programas e políticas correlatas e da criação de mecanismos institucionais necessários” (PDS 241/2017).

A pauta contém ainda o texto do acordo básico de cooperação técnica entre o governo do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana, celebrado em Cádiz (Espanha), em novembro de 2012 (PLS 242/2017). O acordo determina que o Brasil e a secretaria deverão atuar em conjunto “em prol do progresso econômico e social, mediante programas e projetos de cooperação técnica, intercambiando experiências, conhecimentos e práticas”.

Valdir Raupp ressalta importância da família contra a violência

Valdir Raupp (PMDB - RO) acredita que a origem da violência no Rio de Janeiro e até mesmo de recente massacre na Flórida, nos Estados Unidos, está na fragmentação e desestruturação das famílias.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para ele, se na família a pessoa não encontra os ensinamentos adequados, a tendência é que a formação frágil se reflita em toda a sociedade, com o aumento da violência e de outros problemas sociais.

— A família é assim: não apenas a bússola e o farol de uma pessoa, é bússola e farol de uma sociedade.

Raupp defendeu que o modelo de intervenção federal adotado no Rio se estenda à região de fronteiras.

Segundo ele, 80% da violência no país tem origem na fronteira desguarnecida, por onde entram armas e drogas.

Paim: país tem mais de 26 milhões de desempregados

Paulo Paim (PT-RS) lamentou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgados pelo IBGE, segundo os quais havia mais de 26 milhões de desempregados no final de 2017. Os números apontam, ressaltou, que 23% da população estava desempregada ou subutilizada no período pesquisado.

Paim ainda disse que, segundo a pesquisa, o problema é mais grave no Piauí, na Bahia e em Alagoas. Enquanto isso, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul são os estados que têm os menores índices de subutilização dos trabalhadores.

De acordo com o senador, muito desse resultado se deve à falta de investimentos do governo federal no ensino técnico e profissionalizante à precarização das relações entre patrão e empregado, após a aprovação da reforma trabalhista.

Gleisi diz que o Brasil vive ditadura liderada pelo capital financeiro

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que o Brasil vive um colapso das instituições democráticas.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Gleisi, houve quebra do pacto democrático construído em 1988.

O Brasil, disse a senadora, vive hoje uma ditadura liderada não por uma pessoa, mas pelo capital financeiro. Segundo ela, a Constituição avançou muito nos direitos sociais, mas emenda constitucional que limitou os gastos públicos retirou dinheiro da saúde, educação e assistência social.

As eleições, disse, podem colocar o país nos eixos, se forem feitas de forma livre, democrática e com voto universal. Ela defendeu a candidatura de Lula:

— A defesa de Lula ser candidato é a defesa da democracia, da garantia do pacto constitucional — disse.

Ângela Portela vê descaso nos cortes de verbas da educação

Ângela Portela (PDT-RR) criticou o governo federal pela omissão na área da educação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para ela, o presidente Michel Temer comete “um crime que atinge frontalmente os brasileiros mais pobres”.

A senadora cobrou do ministro da Educação, Mendonça Filho, os recursos necessários à conclusão do campus Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Ela criticou o corte orçamentário a que foi submetida a instituição em 2017.

— Desde o ano passado, tenho denunciado insistentemente o descaso com que o governo Michel Temer trata a educação pública do Brasil. Esse descaso é mais agudo quando nos referimos às universidades federais e os institutos federais.

Telmário cobra ajuda do governo para imigrantes em Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) criticou o governo federal por não dar ao seu estado o mesmo



Jefferson Rudy/Agência Senado

apoio que recebe o Rio de Janeiro. Ele lembrou que a governadora Suely Campos esteve semana passada em Brasília para solicitar a renegociação da dívida do estado, sem obter resultado positivo.

O senador disse que Roraima enfrenta uma série de dificuldades, agravadas pela chegada de milhares de imigrantes venezuelanos, o que provocou problemas sérios nos serviços públicos de saúde, educação e segurança.

Para ele, é necessário cobrar uma atitude das autoridades de Caracas.

— Caso não seja feito nada na origem, nosso país sofrerá mais com as consequências, chegando à beira de um colapso social e econômico.

Documento único estará disponível em julho

Em fase de testes, o Documento Nacional de Identificação substitui carteira de identidade, título de eleitor e CPF. A intenção do governo é reduzir fraudes e burocracia

Aline Guedes

UMA SÉRIE DE mudanças relacionadas à identificação dos cidadãos tem sido feita pelo governo federal para reduzir a burocracia. Algumas dessas medidas pretendem diminuir o número de documentos pessoais obrigatórios e facilitar a prestação de serviços.

A principal delas é o Documento Nacional de Identificação (DNI), lançado no início deste mês. A ideia é ter um documento único, com informações de título de eleitor, CPF, carteira de identidade e biometria. Carteira de motorista e passaporte ficaram de fora porque são passíveis de apreensão.

O documento único ficará disponível também em formato digital. Quando solicitado, o cidadão poderá apresentar a identidade no celular, ficando dispensado de portar papel.

Segundo o governo federal, o documento eletrônico será seguro, uma vez que as informações só podem ser acessadas com senha. A cada novo acesso, será exigido um código com data e hora para prevenir o uso por outra pessoa.

A base de dados do DNI será armazenada e gerida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo a juíza auxiliar da Presidência do TSE, Ana Lúcia Aguiar, em uma primeira etapa, como teste, podem requisitar o documento único servidores do próprio TSE e do Ministério do Planejamento. A previsão é abrir para o restante da população a partir de 1º de julho.

Não será necessária a troca do documento que ainda estiver válido. A ideia é que o novo documento substitua os demais gradativamente.

Base de dados

O DNI foi criado pela Lei 13.444/2017. Relator do projeto no Senado, Antonio Anastasia (PSDB/MG) ressaltou que o Brasil conta com um banco de dados em cada estado, permitindo que uma mesma pessoa tire 27 carteiras de identidade diferentes. A criação do registro nacional, na opinião de Anastasia, ajudará a coibir falsidades e fraudes e vai agilizar o acesso aos brasileiros aos benefícios aos quais têm direito.

— Estamos colocando a tecnologia em favor da população — declarou o senador.

De acordo com Ana Lúcia Aguiar, em 2017 o TSE firmou parceria com Polícia Federal, Denatran e governos estaduais a fim de agilizar a integração

das bases de dados. Ela informou que o desenvolvimento da primeira versão do documento digital custou ao governo cerca de R\$ 500 mil.

— Essa versão sai muito mais barata para o governo do que a emissão do documento físico. Os custos, em nenhum momento, serão repassados ao cidadão — afirmou a juíza.

Ideia antiga

A ideia de unificar os documentos é antiga, segundo o consultor do Senado Roberto Sampaio. Ele lembra que, em 1997, uma lei chegou a ser editada com vistas à criação de um número único de identidade no país, mas a medida não foi efetivada por falta de recursos e por questões operacionais. O consultor acredita que, desta vez, o governo conseguirá concretizar a unificação.

— É uma ação muito interessante, devido à facilidade de obtenção do documento por meio dos aplicativos de smartphones. O que ajudará a reduzir os custos com a emissão em aproximadamente R\$ 0,10 por pessoa — explica.

Sampaio considera que a popularização do documento único ocorrerá de forma natural e que as facilidades possibilitadas por ele levarão as pessoas a se interessar e buscar o aplicativo.

Simplificação

Em julho de 2017, um decreto presidencial simplificou a entrega de documentos, atestados e certidões, dispensando cópias autenticadas ou reconhecimentos de firma no serviço público. A principal mudança é a obrigação de o órgão público — em vez de o próprio cidadão ou empresa — buscar em repartições os diferentes documentos exigidos para a prestação de um serviço.

Por exemplo: se, para a emissão de uma certidão, são necessários comprovantes de quitação eleitoral e da situação do contribuinte em relação ao Imposto de Renda, é o próprio órgão emissor da certidão que terá de obter essas informações no cartório eleitoral e na Receita Federal.

Conforme o decreto, o cidadão deverá somente escrever uma declaração informando que não dispõe dos documentos exigidos. Se apresentar uma declaração falsa, a pessoa ficará sujeita a sanções administrativas, cíveis e penais.

Também com vistas a essa unificação de documentos, as certidões de nascimento,



De acordo com o TSE, que vai gerenciar a emissão do novo documento, a versão digital diminui custos e é segura



Anastasia foi relator do projeto que deu origem à lei do documento único

casamento e óbito ganharam novas regras de emissão, em 2017. Agora todo bebê sairá da maternidade com um número de CPF já incluído no registro.

Segundo a Lei 13.444/2017, as mães poderão registrar como naturalidade na certidão o município de residência delas, e não mais obrigatoriamente o local onde ocorreu o parto.

A lei também garante que os registros de óbito sejam feitos na cidade de residência da pessoa que morreu, para facilitar a obtenção do atestado quando a morte ocorrer em cidade diferente. Pela legislação anterior, somente um oficial de registro do lugar do falecimento poderia emitir o atestado necessário ao sepultamento. Então a família da pessoa precisava voltar ao local onde ocorreu a morte para conseguir o registro.

Além disso, os cartórios receberam, em janeiro, autorização para emitir carteira de identidade e passaporte. Mas a prestação desse serviço requer que a associação local dos cartórios formalize convênio com as secretarias de Segurança Pública dos estados. Já o convênio para a emissão de passaportes terá de ser firmado entre a Polícia Federal e a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais.

Por meio de convênio, será também possível autorizar a renovação de passaportes

pelos cartórios de registro civil. Para ter acesso a esse serviço, no entanto, será necessário o pagamento de taxa extra.

Apesar de essas iniciativas visarem simplificar processos e diminuir a burocracia no país, muitos desses procedimentos ainda estão longe de entrar em vigor. No final de 2017, o governo informou que uma integração dos bancos de dados da administração pública, por meio do programa Brasil Eficiente, simplificaria a emissão de documentos como o passaporte.

Outras mudanças também levarão alguns anos para se tornarem realidade. Isso porque os cartórios de registro civil do país, por exemplo, terão que se adaptar e estar conectados com o cadastro da Receita Federal.

Exemplos

Excesso de exigências, inflexibilidade e lentidão são características da burocracia que ainda trava o sistema e impede a agilidade dos processos. O volume de documentos necessários para a demissão de empregados, elaboração de inventário e obtenção de financiamentos são exemplos.

A servidora pública Maria das Neves* tem experiência quando o assunto é papelada. Mãe de uma criança de 9 anos que tem autismo, ela relata a dificuldade para comprar um carro com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), direito legalmente garantido às pessoas com deficiência.

Segundo ela, o processo começa no site da Receita Fe-

deral, onde estão disponíveis os diversos formulários requeridos. No caso do autismo, esses papéis devem ser preenchidos por um médico e um psicólogo da rede pública ou particular conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e assinados junto com a direção da unidade de saúde. Cumpridas as formalidades, os documentos devem ser entregues na sede da Receita Federal, que avaliará o pedido. O resultado sai em até três meses, se for aceito. Caso seja indeferido, o processo pode demorar mais seis meses.

Maria acredita que o governo reconhece esse excesso de exigências apenas em tese. Ela disse que precisou de um despachante para resolver a questão e que esse é apenas um resumo do processo. Na opinião da funcionária pública, esses entraves levam muitas pessoas a desistir dos seus direitos. Embora não acredite que a unificação de documentos acontecerá com brevidade, Maria tem esperança de que a medida facilitará, pelo menos um pouco, a vida dos cidadãos.

— Esse é apenas um dos exemplos da burocracia no nosso país. É inadmissível, na era em que nós vivemos, com tudo informatizado, ainda sermos obrigados a guardar tanta papelada, reunir tantos documentos e sermos obrigados a dar tantas voltas para resolver questões até simples do nosso dia a dia — ponderou.

*O nome foi alterado para preservar a identidade da personagem

Saiba mais

Página sobre o DNI
<http://bit.ly/sobreDNI>

Identificação biométrica
<http://bit.ly/biometriaTSE>